



**USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

Veículo: A Tribuna Piracicabana

Data: 12/04/2011

Link: <http://www.tribunatp.com.br/modules/news>

Caderno / Página:

Assunto: Representante do Mapa defende relatório de Rebelo

## Representante do Mapa defende relatório de Rebelo

Derli Dossa esteve ontem no fórum da Abisolo. Ele acredita que o novo Código Florestal seja votado até o meio do ano



**Foto: Daniel Damasceno** - Dossa informou que estão sendo feitos ajustes na proposta para que seja votada até julho

### Romualdo Cruz Filho

O chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Derli Dossa, esteve ontem no fórum da Associação Brasileira das Indústrias de Fertilizantes Orgânicos (Abisolo), realizado no anfiteatro de Engenharia Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (**Esalq**), para falar sobre o Código Florestal. Ele substituiu no evento o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B), que cancelou a viagem de última hora.

De acordo com Dossa, a votação da proposta, que está no relatório de Aldo Rebelo, tramita no Congresso Nacional, não deve ser aprovado como foi formulado. “Estão sendo feitos ajustes em três ou quatro pontos para que haja entendimento e a matéria possa ser votada até julho”, disse ele. O ponto central do novo Código Florestal defendido pelos agricultores, no entender do representante do governo, é proteger o pequeno produtor, além de trazer segurança jurídica aos proprietários rurais.

“O Código Florestal, na concepção dos ambientalistas, coloca 97% dos agricultores na ilegalidade”, observou Dossa. “Se forem respeitadas as exigências de recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APP), que são as encostas de morros, várzeas, proximidades de rios, lagos, nascentes entre outras, mais as Reservas Legais, a maioria das áreas produtivas seria comprometida e seriam eliminados os pequenos produtores”.

“Queremos, com o novo Código Florestal, que a realidade seja adequada ao entendimento do agricultor; que sejam minimizados os efeitos ideológicos do debate; haja segurança jurídica no campo e a contemporização da produção com a preservação ambiental, e respeite-se o direito adquirido, com base nas mudanças legais de 2008”, disse Dossa.

Para ele, é inadmissível querer que o agricultor corrija tudo o que foi feito em outros tempos. A proteção do ativo ambiental e a recomposição do passivo podem ser feitas sem comprometer a produtividade. “Em relação ao direito adquirido, até o pessoal que caiu no Ficha Limpa conseguiu que a lei valesse apenas para as eleições futuras, por que os produtores teriam que ser julgados pelo passado?” Mesclando opiniões, dados e análises, o representante do governo colocou até um pouco de ironia na apresentação: “No Rio de Janeiro, até o Cristo Redentor está dentro de uma APP.